

Lição 2: As opiniões dos filósofos antigos sobre os princípios da natureza e dos seres

Bekker: 184 b 15-185 a 19

“AS OPINIÕES DOS FILÓSOFOS ANTIGOS SOBRE OS PRINCÍPIOS DA NATUREZA E DOS SERES. NÃO PERTENCE À CIÊNCIA DA NATUREZA REFUTAR ALGUMAS DESSAS OPINIÕES

12. Tendo concluído o prefácio no qual se mostrou que a ciência da natureza deve começar pelos princípios mais universais, aqui, segundo a ordem já estabelecida, ele começa a tratar daquelas questões que pertencem à ciência da natureza.

Esta discussão divide-se em duas partes. Na primeira parte, ele trata dos princípios universais da ciência da natureza. Na segunda parte, trata do ser móvel em comum (que é o que ele pretende tratar neste livro). Isso é retomado no Livro III, onde ele diz: 'A natureza foi definida...' (200 b 12; L1).

A primeira parte divide-se em duas partes. Primeiro, ele trata dos princípios do sujeito desta ciência, isto é, os princípios do ser móvel enquanto tal. Em segundo lugar, trata dos princípios da doutrina. Isso ele faz no Livro II, onde diz: 'Das coisas que existem...' (192 b 8; L1).

A primeira parte divide-se em duas partes. Primeiro, ele considera as opiniões que outros tiveram sobre os princípios comuns do ser móvel. Em segundo lugar, ele busca a verdade sobre eles, onde diz: 'Todos os pensadores, então, concordam...' (188 a 18; L10).

Sobre a primeira parte, ele faz três pontos. Primeiro, expõe as diferentes opiniões dos filósofos antigos sobre os princípios comuns da natureza. Segundo, onde diz: 'Agora, investigar...' (184 b 25 #15), mostra que não pertence à ciência da natureza perseguir algumas dessas opiniões. Terceiro, onde diz: 'A questão mais pertinente...' (185 a 20; L3), ele considera essas opiniões, mostrando sua falsidade.

Sobre a primeira parte, ele faz dois pontos. Primeiro, expõe as diferentes opiniões dos filósofos sobre os princípios da natureza. Em segundo lugar, onde diz: 'Uma investigação semelhante é feita...' (184 b 23 #14), mostra que essa mesma diversidade existe com referência às opiniões dos filósofos sobre os seres.

13. Ele diz, portanto, antes de tudo, que é necessário que haja um princípio da natureza ou muitos. E cada posição reivindicou as opiniões dos filósofos.

Alguns deles, de fato, sustentaram que há um único princípio; outros sustentaram que há muitos. E daqueles que sustentaram que há um único princípio, alguns sustentaram que ele era imóvel, como Parmênides e Melisso, cuja opinião ele examinará adiante. Alguns, no entanto, sustentaram que ele era móvel, como fizeram os filósofos da natureza.

Destes, alguns sustentaram que o ar era o princípio de todas as coisas naturais, como Diógenes; outros, que era a água, como Tales; outros, que era o fogo, como Heráclito; e ainda outros, algum meio-termo entre o ar e a água, como o vapor.

Mas nenhum daqueles que sustentaram que havia apenas um princípio disse que era a terra por causa de sua densidade. Pois eles sustentavam que princípios desse tipo eram móveis, porque diziam que outras coisas vêm a ser através da rarefação e condensação de alguns desses princípios.

Dos que sustentavam que os princípios eram muitos, alguns sustentavam que eram finitos, outros sustentavam que eram infinitos.

Dos que sustentavam que eram finitos (embora mais de um), alguns sustentavam que havia dois, i.e., fogo e terra, como Parmênides dirá adiante [L 10]. Outros sustentavam que havia três, i.e., fogo, ar e água (pois 'eles pensavam que a terra era de alguma forma composta por causa de sua densidade'). Outros, no entanto, sustentavam que havia quatro, como Empédocles fez, ou até mesmo algum outro número, porque o próprio Empédocles, junto com os quatro elementos, postulou dois outros princípios, a saber, a amizade e a discórdia.

Aqueles que sustentavam haver uma pluralidade infinita de princípios tinham diversidade de opiniões. Pois Demócrito defendia que corpos indivisíveis, chamados átomos, são os princípios de todas as coisas. E ele sustentava que corpos desse tipo eram todos de um mesmo gênero segundo a natureza, mas diferiam quanto à figura e à forma, e não apenas diferiam, mas também tinham contrariedade entre si. Pois ele admitia três contrariedades: uma segundo a figura, que é entre o curvo e o reto; outra segundo a ordem, que é o anterior e o posterior; e outra segundo a posição, a saber, diante e atrás, acima e abaixo, à direita e à esquerda. E assim ele sustentava que, a partir desses corpos existentes de uma só natureza, coisas diferentes surgem segundo a diversidade da figura, posição e ordem dos átomos. Nessa opinião, portanto, ele nos dá alguma base para entender a opinião oposta, ou seja, a de Anaxágoras, que defendia que os princípios eram infinitos, mas não de um mesmo gênero segundo a natureza. Pois ele considerava que os princípios da natureza eram as infinitas partículas mínimas de carne, osso e outras coisas desse tipo, como será esclarecido adiante.

Deve-se notar, no entanto, que ele não dividiu esses muitos princípios em móveis e imóveis. Pois nenhum daqueles que afirmavam que os primeiros princípios eram muitos sustentava que fossem imóveis. Já que colocam contrariedade nos princípios, e como é natural que os contrários mudem, a imobilidade não poderia coexistir com uma pluralidade de princípios.

14. Em segundo lugar, no ponto em que diz: "Uma investigação semelhante é feita..." (184 b 23; L9), ele mostra que há a mesma diversidade de opiniões sobre os entes.

Ele diz que, de modo semelhante, os físicos, ao investigarem aquilo que é, ou seja, os entes, perguntaram-se quantos são, isto é, se há um ou muitos; e, se muitos, se finitos ou infinitos.

E a razão para isso é que os antigos físicos não conheciam nenhuma causa além da causa material (embora tocassem levemente nas outras causas). Antes, consideravam as formas naturais como acidentes, assim como são as formas das coisas artificiais. Visto, portanto, que toda a substância das coisas artificiais é sua matéria, segue-se, segundo eles, que toda a substância das coisas naturais seria sua matéria.

Daí aqueles que defendiam um único princípio, por exemplo, o ar, pensavam que os outros entes eram ar segundo sua substância. E o mesmo vale para as outras opiniões. Por isso, Aristóteles diz que os físicos buscam o que está naquilo *a partir do qual* as coisas são, ou seja, ao investigar os princípios, buscavam as causas materiais a partir das quais se diz que os entes são. Donde fica claro que, quando investigam sobre os entes, se são um ou muitos, sua investigação concerne aos princípios materiais, que são chamados elementos.

15. Em seguida, onde diz: "Agora, investigar..." (184 b 25), ele mostra que não pertence à ciência natural refutar algumas dessas opiniões.

E sobre isso ele faz dois pontos. Primeiro, mostra que não pertence à ciência natural refutar a opinião de Parmênides e Melisso. Segundo, onde diz: "Ao mesmo tempo, os defensores da teoria..." (185 a 18), ele dá uma razão pela qual é útil ao presente trabalho refutar essa opinião.

Sobre a primeira parte, ele faz dois pontos. Primeiro, mostra que não pertence à ciência natural refutar a referida opinião. Segundo, onde diz: "... ou como refutar..." (185 a 8; #17), ele mostra que não pertence à ciência natural resolver os argumentos que são apresentados para provar essa opinião.

Ele estabelece seu primeiro ponto com dois argumentos, o segundo dos quais começa onde diz: "Investigar, portanto..." (185 a 5; #16).

Ele diz, portanto, que não pertence à ciência natural empreender uma consideração aprofundada da opinião sobre se o ente é um e imóvel. Pois já foi mostrado que não há diferença, segundo a intenção dos filósofos antigos, entre sustentar um princípio imóvel ou um ente imóvel.

E que não deve pertencer à ciência natural refutar essa opinião, ele mostra da seguinte forma. Não pertence à geometria apresentar razões contra um argumento que destrói seus princípios. Antes, isso pertence a alguma outra ciência particular (se, de fato, a geometria está subordinada a alguma ciência particular, como a música está subordinada à aritmética, à qual compete disputar

contra qualquer posição que negue os princípios da música), ou pertence a uma ciência comum, como a lógica ou a metafísica. Mas a referida posição destrói os princípios da natureza. Pois, se há apenas um ente, e se esse ente é imóvel, de modo que outros não possam vir a ser a partir dele, então a própria natureza de princípio é removida. Pois todo princípio é princípio de alguma coisa ou de algumas coisas. Portanto, se postulamos um princípio, segue-se uma multiplicidade, porque um é o princípio e o outro é aquilo do qual ele é princípio. Quem nega, portanto, a multiplicidade, remove os princípios. Logo, a ciência natural não deve argumentar contra essa posição.

16. Em seguida, onde diz: "Investigar, portanto..." (185 a 5), ele mostra o mesmo ponto com outro argumento. Não é exigido de nenhuma ciência que apresente argumentos contra opiniões manifestamente falsas e improváveis. Pois preocupar-se com alguém que oferece posições contrárias às opiniões dos sábios é tolice, como se diz nos Tópicos, I:11.

Ele diz, portanto, que empreender uma consideração aprofundada da questão sobre se o ente é um, e, portanto, imóvel, é como argumentar contra qualquer outra posição improvável. Por exemplo, é como argumentar contra a posição de Heráclito, que dizia que todas as coisas estão sempre em movimento e que nada é verdadeiro; ou contra a posição de alguém que dissesse que todo o ente é um único homem, posição essa, de fato, totalmente improvável. E, de fato, quem sustenta que o ente é apenas uma coisa imóvel é forçado a sustentar que todo o ente é alguma coisa una. Fica claro, portanto, que não pertence à ciência natural argumentar contra essa posição.

17. Em seguida, quando diz: '... ou como refutar...' (185 a 8), mostra que não pertence à ciência natural nem mesmo resolver os argumentos dos filósofos mencionados. E isso por duas razões, sendo que a segunda começa onde ele diz: 'Nós, físicos...' (185 a 13 #18).

Primeiro, ele prova sua posição ao apontar que não é incumbência de nenhuma ciência resolver argumentos sofísticos que possuem um defeito evidente de forma ou matéria. Ele afirma que lidar com argumentos improváveis é como resolver um argumento contencioso ou sofístico. Mas cada argumento de Melisso e Parmênides é sofístico, pois eles erram na matéria, donde ele diz que aceitaram o que é falso, ou seja, assumem proposições falsas, e erram na forma, donde ele diz que eles não estão silogizando. Contudo, a posição de Melisso é muito pior, ou seja, mais vã e tola, e não causa dificuldade alguma. Isso será mostrado adiante [L 5]. Além disso, não é inconsistente que, dada uma inconsistência, outra se siga. Portanto, pode-se concluir que não é exigido do filósofo da natureza que resolva os argumentos desse homem.

18. Ele apresenta o segundo argumento para isso onde diz: 'Nós, físicos...' (185 a 13). O argumento é o seguinte. Na ciência natural, supõe-se que as coisas naturais são movidas, todas ou algumas delas. Ele diz isso porque há dúvida se algumas coisas são movidas e como são movidas, por exemplo, sobre a alma e o centro da terra, e o polo do céu, e sobre as formas naturais e outras coisas semelhantes. Mas o fato de que as coisas naturais são movidas pode ser esclarecido pela indução, pois é aparente aos sentidos que as coisas naturais são movidas.

É tão necessário que o movimento seja suposto na ciência natural quanto é necessário que a natureza seja suposta. Pois o movimento é colocado na definição de natureza, pois a natureza é um princípio de movimento, como será dito adiante [II, L1].

Estabelecido esse ponto, de que o movimento é suposto na ciência natural, ele prossegue para provar sua posição da seguinte forma. Nem todos os argumentos devem ser resolvidos em qualquer ciência, mas apenas aqueles que concluem algo falso a partir dos princípios dessa ciência. Quaisquer argumentos que não chegam às suas conclusões a partir dos princípios da ciência, mas a partir dos contrários desses princípios, não são resolvidos nessa ciência. Ele prova isso com um exemplo tirado da geometria, dizendo que pertence à geometria resolver o problema da quadratura, ou seja, a quadratura do círculo por dissecção da circunferência, porque esse método não supõe nada contrário aos princípios da ciência da geometria. Pois alguém desejou encontrar um quadrado igual a um círculo dividindo a circunferência do círculo em muitas partes e colocando linhas retas em cada parte. E assim, ao encontrar alguma figura, que era retilínea, igual a algumas das figuras que estavam contidas pelas dissecções da circunferência e as cordas (muitas ou todas), ele pensou ter encontrado uma figura retilínea igual ao círculo inteiro, à qual era fácil encontrar um quadrado igual através dos princípios da geometria. E assim pensou que era capaz de encontrar um quadrado igual a um círculo. Mas ele não argumentou bem o suficiente, pois, embora essas dissecções consumissem toda a circunferência do círculo, as figuras contidas pelas dissecções da circunferência e as linhas retas não englobavam toda a superfície circular.

Mas resolver a quadratura de Antífon não pertence à geometria, porque ele usou princípios contrários aos da geometria. Pois ele descreveu em um círculo uma certa figura retilínea, por exemplo, um quadrado. E ele dividiu ao meio os arcos pelos quais os lados do quadrado eram subtendidos. E dos pontos de dissecção ele conduziu linhas retas a todos os ângulos do quadrado. E então resultou no círculo uma figura de oito ângulos, que se aproximava mais da igualdade com o círculo do que o quadrado. Então ele novamente dividiu ao meio os arcos pelos quais os lados do octógono eram subtendidos, e assim, conduzindo linhas retas dos pontos de dissecção aos ângulos dessa figura, resultou uma figura de dezesseis ângulos, que ainda mais se aproximava da igualdade com o círculo. Portanto, dividindo sempre os arcos e conduzindo linhas retas aos ângulos da figura já existente, surgirá uma figura muito próxima da igualdade com o círculo. Ele disse, então, que era impossível proceder ao infinito na dissecção dos arcos. Portanto, era necessário chegar a alguma figura retilínea igual ao círculo, à qual algum quadrado poderia ser igual.

Mas, porque ele supôs que um arco nem sempre é divisível ao meio, o que é contrário aos princípios da geometria, não pertence à geometria resolver um argumento desse tipo.

Portanto, porque os argumentos de Parmênides e Melisso supõem o ser como imóvel (como será mostrado adiante [L5]), e já que isso é contrário aos princípios supostos na ciência natural, segue-se que não pertence ao filósofo natural resolver argumentos desse tipo.

19. Em seguida, onde ele diz: 'Ao mesmo tempo...' (185 a 18), ele afirma por que argumentará contra a posição mencionada. Ele diz que, porque os filósofos mencionados acima falaram sobre coisas naturais, embora não tenham criado um problema (isto é, no âmbito da ciência natural), é útil para seu propósito atual argumentar contra opiniões desse tipo. Pois, embora não pertença à ciência natural argumentar contra tais posições, isso pertence à filosofia primeira.